



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 24 de novembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
Análise	1
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Região Metropolitana	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
IBGE	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Crise internacional refletiu na queda de desempenho da atividade industrial	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Tecnologia	5
ECONOMIA	
A CRITICA	
Opinião	6
OPINIÃO	
A CRITICA	
Os desafios da OTCA.....	7
OPINIÃO	
A CRITICA	
Estado precisa investir na Região Amazônica'	8
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Estado precisa investir na Região Amazônica' (Continuação)	9
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Estado precisa investir na Região Amazônica' (Continuação)	10
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Em 2009, a produção de riqueza no AM caiu 2%	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Em 2009, a produção de riqueza no AM caiu 2% (Continuação)	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
Em 2009, a produção de riqueza no AM caiu 2% (Continuação)	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	14
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	15
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Editorial	16
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Congresso	17
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO	
AM tem maior PIB per capita do Norte	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	19
OPINIÃO	

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Falta de qualificação na indústria e comércio preocupa Governo	20
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
PIB do Amazonas reduz 2% em 2009, aponta IBGE.....	21
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Ministro da fazenda diz que país voltará a crescer neste mês.....	22
ECONOMIA	

Análise

Governo quer reduzir juros ao consumidor, afirma Mantega

Depois de controlar a inflação, o desafio do governo é adotar medidas para incentivar acesso ao crédito no Brasil

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que, depois de controlar a inflação, o governo vai adotar medidas para reduzir o custo do crédito. Segundo ele, a economia brasileira deve crescer entre 4,5% e 5% em 2012, recuperando o desempenho deste ano que o governo prevê que seja de aumento de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto). O ministro deu as declarações após participar de audiência pública na Câmara dos Deputados.

"Tivemos uma desaceleração em 2011, era preciso fazê-la. Encarecemos um pouco o crédito, porque em 2010 crescemos bastante [7,5%]. Tínhamos um problema de inflação que agora está sob controle e já estamos barateando o crédito, reduzindo taxas. A Selic [taxa básica de juros] está sendo reduzida de modo que o crédito ficará mais barato nos próximos meses", disse Mantega.

Com a queda dos juros,

o ministro prevê que a economia dê sinais de recuperação a partir deste mês. "Pode haver um aquecimento novamente nos meses de novembro e dezembro em relação aos meses do último trimestre. Vamos começar 2012 com a economia aquecendo de forma responsável, de forma sustentável, em torno de 4,5%, 5% para o próximo ano".

Mantega disse que o Brasil precisa reduzir seu custo financeiro. "O custo financeiro está caindo e vai cair. Não estou falando necessariamente da Selic, mas do crédito ao consumidor. Temos que criar condições para que esse crédito caia".

Apesar da confiança na recuperação da economia

brasileira no ano que vem, Mantega fez um diagnóstico pessimista em relação à crise que atinge os países ricos.

"Uma recaída em relação à crise de 2008, porque em 2009 e 2010 houve uma recuperação dos Estados Unidos, dos países europeus e parecia que eles tinham superado. De repente, não recuperaram nada, houve um retrocesso. A economia americana começa a crescer menos do que em 2010, a economia europeia apresenta um outro problema, do endividamento público dos países e uma fragilidade dos bancos".

"Estamos diante de uma nova crise, que a cada momento está se agravando. O Brasil está bem prepara-

do, temos várias maneiras de enfrentar essa crise. Não vou dizer que ela não nos atinge, ela nos atinge sim. Mas muito menos do que a maioria dos países e vamos continuar o crescimento do Brasil".

Crise

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a falta de maturidade política na Europa e nos Estados Unidos está dificultando a adoção de uma solução rápida para a crise

econômica que atinge os países.

"O Brasil possui maturidade política que os outros países não têm. Os políticos desses países se envolvem em conflitos políticos e paralisam o Estado. Aqui, não se verificou isso em 2008", disse.

Mantega ressaltou que a crise está se deteriorando cada dia mais. "Estamos assistindo a um agravamento da crise. A cada dia que passa, a situação fica mais complicada e os pro-

blemas na União Europeia não se resolvem", ressaltou.

De acordo com o ministro, esse agravamento da crise preocupa o governo brasileiro. No entanto, segundo ele, o país tem condições de enfrentar a crise sem sofrer grandes consequências.

Mantega afirmou ainda que o Brasil deve registrar um reaquecimento da economia a partir de novembro, situação que deve se manter no início de 2012.

3,5%

É a previsão de crescimento do PIB para este ano, segundo o ministro Mantega, que projetou uma alta entre 4,5% e 5% na economia brasileira em 2012.

Região Metropolitana

ALE vai recorrer à Dilma para reparar exclusão de municípios

POR JUSCELINO TAKETOMI
ESPECIAL PARA O JJC

O líder do governo do Estado na ALE, deputado Sinésio Campos (PT), puxou o cordão do alerta geral sobre o projeto de lei

Preocupados com a ameaça de exclusão de cinco municípios do projeto de lei do governo federal que amplia os benefícios da Zona Franca de Manaus à área da RMM (Região Metropolitana de Manaus), os deputados estaduais decidiram aprovar uma Moção de Apelo, proposta por Belarmino Lins (PMDB), para ser encaminhada à presidente da República, Dilma Rousseff, numa tentativa de reparar o absurdo.

Para que a proposta chegue ao Palácio do Planalto dentro do menor tempo possível, Belão, que é um dos autores do projeto que incorporou novos municípios à RMM conjuntamente com a deputada Vera Castelo Branco (PTB), sugere que a ALE aja com a ban-

cada federal do Estado no Congresso Nacional. “Uma comissão de parlamentares estaduais deve atuar junto aos nossos deputados federais e senadores visando o encaminhamento da proposta à presidente Dilma para que encontremos uma rápida solução para o problema”, comentou.

O líder do governo do Estado na ALE, deputado Sinésio Campos (PT), puxou o cordão do alerta geral sobre o projeto de lei que, contrariando o que anunciou Dilma Rousseff durante a solenidade de inauguração da Ponte Rio Negro, discriminou os municípios de Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manacapuru e Silves, que ficaram fora das mudanças que alteraram o artigo 2º do Decreto-Lei de fevereiro de 1967, que normatiza a ZFM. Dessa forma, a área da RMM fica constituída somente pelos municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru.

Os deputados federais Carlos Souza (PSD-AM) e Rebecca Garcia (PSD) explicaram ao *Jornal do Comércio* que a bancada federal amazonense já está se mobilizando desde a manhã de ontem, 23, buscando cor-

rigir o equívoco de redação que considerou apenas dados concernentes ao projeto antigo da RMM. Para o presidente da AAM (Associação Amazonense de Municípios), Jair Souto, o equívoco “é de extrema gravidade” para os municípios recém incluídos na RMM.

Na ALE, o deputado Belarmino Lins disse que a Moção de Apelo do Poder Legislativo Estadual ajudará a resolver o problema e fazer justiça aos cinco municípios reconhecidos oficialmente pelo TJ-AM (Tribunal de Justiça do Amazonas) como metropolitanos.

O deputado Marcelo Ramos (PSB), embora reconheça a importância da Moção, sustenta que o ideal seria a retirada do projeto de lei para posterior reapresentação, com o equívoco corrigido.

“Do contrário, outros Estados poderão aproveitar a deixa para tentar criar áreas metropolitanas e concorrer com o Amazonas”, observa. Outro deputado, José Ricardo Wendling (PT), garante que o problema não é simples, e que, inclusive, os parlamentares devem discutir com a sociedade como será o modelo de política tributária para a região a partir da extensão dos benefícios fiscais da ZFM.

IBGE

Participação do AM no PIB do país cai 2%

A indústria de transformação foi a maior responsável pelo desempenho negativo do Estado, com variação de -10,9%

POR JULIANA GERALDO

O PIB (Produto Interno Bruto) do Amazonas que em 2009 foi de R\$ 49,6 milhões caiu 2% na comparação com o ano anterior, ocupando o 24º lugar entre as Unidades da Federação, localizado abaixo inclusive da média nacional que recuou 0,3%. Com esse desempenho, o Estado registrou a 4ª menor participação no PIB brasileiro, representando apenas 1,5% do total, de acordo com o levantamento divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O disseminador de informações do órgão no Amazonas, Adjalma No-

gueira, explica que toda a análise foi feita levando em consideração o volume do PIB para se calcular o crescimento real.

"Embora o valor tenha passado de R\$ 37,9 bilhões em 2008 para R\$ 49,6 bilhões, o cálculo da instituição considera o deflator, que é a variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior, para dessa forma chegar ao valor real faturado nos segmentos", detalhou.

A indústria de transformação foi a maior responsável pelo desempenho negativo do Estado, com variação de -10,9%, especialmente os segmentos de 'Outros equipamentos de trans-

portes' (-32,5%) e Material eletrônico e equipamentos de comunicações (-18,5%). De acordo com a pesquisa, a queda dos setores foi influenciada pelos itens motocicletas e componentes, televisores e telefones celulares, respectivamente. Já as atividades de Alimentos e bebidas (12,9%), e Eletrodomésticos, (32,5%), registraram performances positivas, puxadas pelos produtos- preparações em xaropes e em pó para bebidas e fornos e micro-ondas -.

Em contrapartida aos resultados negativos, o PIB per capita, estimado em R\$ 14,6 milhões representou o melhor resultado da região Norte e o 10º maior PIB per capita brasileiro.

Crise internacional refletiu na queda de desempenho da atividade industrial

Crise internacional refletiu na queda do desempenho da atividade industrial

Com participação de 41,5% no valor bruto da economia amazense, a queda de 7,7% da atividade industrial em 2009 refletiu o impacto da crise internacional iniciada no ano anterior, conforme explicou o conselheiro titular do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco de Assis Mourão Junior.

"Os resultados demonstram justamente o desaquecimento na economia como reflexo da crise em 2008 e só não foram piores porque o Governo tomou ações rápidas como diminuir os impostos da linha branca (que envolve produtos como geladeira, freezer, fogão) além de liberar crédito para financiamento de veículos", avaliou.

O economista acrescenta que a crise de 2008 foi financeira, uma crise de crédito, o que justificou a maior

oferta de crédito e redução da taxa Selic nos primeiros oito meses de 2009, que

passou de 13,7% ao ano em janeiro, para 8,7% ao ano em agosto. "O problema foi

o excesso de crédito oferecido que está refletindo agora tanto no Amazonas quanto no resto do país", completou.

Outros resultados

A Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana e a indústria extrativa apresentaram variações positivas, de 7,2% e 4,4%, respectivamente, enquanto a Construção civil caiu 2,2%.

Já a atividade agropecuária, variou -0,2% em volume. E a agricultura, -0,6%. Esta última queda refletiu a redução de 12,6% na produção do produto mandioca no Estado de 2008 a 2009.

A atividade de Serviços atingiu 53,4% do valor adicionado bruto do Estado em 2009, contra 53,2% em relação ao ano anterior e as atividades de Comércio e de Serviços de manutenção e

reparação cresceram 3,4% em termos reais.

Queda em 2009

Após crescer 4,7%, em média, durante o período de 2004 a 2007 e expandir 5,2% em 2008, o PIB nacional caiu 0,3% em 2009, em relação ao ano anterior. Em valores brutos, o resultado foi de R\$ 3,239 bilhões.

O PIB per capita brasileiro atingiu R\$ 16,917 milhões, o que representa uma redução, em volume, de 1,3% em relação ao observado no ano anterior.

De acordo com o IBGE, o desempenho foi influenciado pela evolução da crise econômica internacional, cujos efeitos foram visíveis, em maior ou menor grau, em todas as atividades econômicas.



Foto: Walter Mendes

Desaquecimento da economia sempre atinge o setor comercial, que é vulnerável ao impacto da crise no bolso do consumidor

Por dentro

Faturamento do PIM

2008 - US\$ 30.101 bilhões
2009 - US\$ 25.951 bilhões

Segmentos de maior faturamento

- Eletroeletrônico: 2008 (US\$ 8.994 bilhões) / 2009: (US\$ 8.575 bilhões)
- Duas Rodas: 2008 (US\$ 7.637 bilhões) / 2009: (US\$ 5.272 bilhões)

Tecnologia

AM apresenta potencial para área

Instituições da cidade foram bem avaliadas pelo representante do CPqD, Renato Prestes

Sete instituições visitadas e grandes possibilidades de parcerias na área de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), este foi o saldo da visita a Manaus do representante do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Tecnologias (Fundação CPqD), Renato Prestes, realizada no período de 16 a 18 de novembro.

Tida como uma instituição independente, focada na inovação com base nas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), tendo como objetivo contribuir para a competitividade do País e para a inclusão digital da sociedade, o CPqD desenvolve um amplo programa de pesquisa e desenvolvimento, o maior da América Latina em sua área de atuação, gerando soluções que são utilizadas em diversos setores como telecomunicações, financeiro, energia elétrica, industrial, corporativo e administração pública.

Segundo o secretário de C&T do Amazonas, Odenildo Sena, a visita integrou as ações, para impulsionar o desenvolvimento tecnológico do Amazonas, a partir do compartilhamento de conhecimento por meio de parcerias que permitam o crescimento de to-

dos os participantes.

“A articulação entre o Amazonas e o CPqD foi intensificada a partir de maio deste ano, quando eu e a diretora-presidenta da Fapeam, Maria Olívia Simão, visitamos as instalações da CPqD e constatamos o potencial de integração com o conhecimento que desenvolvemos no Amazonas”, afirmou Odenildo Sena.

Renato Prestes considerou a visita a Manaus extremamente produtiva, pois foi possível identificar nas diversas instituições visitadas possibilidade de grandes parcerias entre o CPqD e cada uma delas. “Prendemos dar os primeiros passos nesse sentido até para responder ao secretário Odenildo Sena sobre uma ação mais efetiva do CPqD em prol do Estado do Amazonas”, destacou.

Interesses

Alguns temas de interesse mútuo foram identificados durante a visita ao Amazonas. Entre eles, projetos na área de energia elétrica, meio ambiente e em sistemas de telecomunicações. Destaque também para as possibilidades na área de tecnologias assistivas (adaptadas para deficientes) e o intercâmbio de soluções que utilizam a tecnologia RFID (eti-



Foto: Arquivo JUC

O CPqD contribui para a competitividade do país e para a inclusão digital da sociedade e desenvolve um amplo programa de pesquisa e desenvolvimento

queta inteligente).

Para Prestes, a tecnologia atual não permite que se perca tempo, por este motivo ele espera já nas próximas semanas começar a botar as equipes do CPqD em contato com as equipes das instituições de Manaus. “Nós temos uma solução de gestão de sustentabilidade, que já foi implantada em grandes bancos no Brasil sobre a gestão de energia. O projeto aponta a melhor maneira de utilizar a energia com o menor custo”, disse.

O roteiro de visitas percorreu a Sect-AM, a

UEA (Universidade do Estado do Amazonas), a Ufam (Universidade Federal do Amazonas), o CT-PIM (Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus), a empresa de Prodram (Processamento de Dados do Amazonas S/A), a Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica), a Fundação Paulo Feitoza e a Fapeam onde em reunião com a diretora-presidenta, Maria Olívia Simão, foram avaliados os resultados das visitas e planejados os próximos passos.

Opinião

PEC da Música é a dor de cabeça da vez

Depois dos ataques contra o anúncio da prorrogação da Zona Franca de Manaus e da preocupação com a possível mudança na alíquota do ICMS interestadual, mais uma dor de cabeça entra na pauta de preocupações da bancada do Amazonas no Congresso: a Proposta de Emenda Constitucional 98/07, a PEC da Música. Moeda do Governo para negociar a aprovação da DRU, a matéria deverá voltar à pauta na próxima semana. Se passar como está, o polo de CDs e DVDs do PIM poderá fechar.

Articulação Para se ter ideia de como a PEC da Música anda, no mesmo dia em que a Câmara aprovou a DRU, o presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS), já mobilizava os líderes partidários pedindo ajuda para que a proposta seja aprovada o quanto antes.

Testemunha Quinta coluna do Mensalão, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, foi descartado pelo juiz Márcio Coelho como testemunha em processo que pede a justa causa para vereadores trocarem o PTB pelo PDT.

Os desafios da OTCA

As discussões travadas ontem no primeiro dia do seminário promovido pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) têm o mérito de por em pauta uma cobrança ignorada há pelo menos três décadas: o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

As questões levantadas pelos cientistas convidados e os não convidados para o seminário "Desafios e Oportunidades da Cooperação Amazônica" estão na ordem do dia. Afinal, como criar uma base sólida de desenvolvimento se os investimentos em Ciência e Tecnologia não forem feitos com regularidade e eficiente

monitoramento? Se não forem considerados importantes os saberes tradicionais dos povos da Pan Amazônia?

A agenda comum entre os países dessa região não pode ser vista no campo da retórica. Tem que ser construída e, para isso, a diplomacia brasileira deverá atuar com ênfase e permanência. A enorme fronteira amazônica tem condições de se constituir em um espaço de outras experiências para além da condição atual de ser corredor do narcotráfico. A citação feita pela pesquisadora Marlene Corrêa, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), de projetos de produção de pescado na triplíce fronteira

Brasil/Colômbia/Peru é um desses exemplos. Até agora permanece uma ação que tem se revelado altamente prejudicial aos países porque a atividade está encoberta pela ilegalidade. Para o Brasil, repete-se a exigência de fazer da Amazônia uma razão de investimento. O Estado brasileiro trata a região como um apêndice quando já deveria ter alterado essa conduta até para se reposicionar diante do mundo dentro de um plano nacional e pan amazônico. A OTCA para justificar a sua existência em meio as exigências atuais deverá fazer mudanças de impacto e ampliar as ações que desenvolve tomando mais frequente e mais participativa

reuniões como a que hoje se encerra em Manaus. Ou seja, em paralelo as discussões fechadas ao corpo diplomático dos oito países que a compõem, a organização tem a chance de liderar outros eventos fomentando fóruns científicos, culturais e econômicos entre as instituições de ensino e pesquisa da Pan Amazônia, segmentos populacionais articulados pelas entidades organizadas desses países. A opinião pública aguarda que depois do encontro de Manaus, a OTCA se desvele, esteja mais próxima e mais articulada em torno dos diálogos que deverá promover para concretizar os compromissos firmados nesta cidade.

Estado precisa investir na Região Amazônica'

KLEITON RENZO

kleitonrenzo@acritica.com.br

ARISTIDE FURTADO

aristide@acritica.com.br

O Estado brasileiro precisa assumir o protagonismo do movimento de integração e desenvolvimento sustentável da Amazônia. A cobrança foi feita ontem pela pós-doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Marilene Corrêa, ao comentar o encontro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que está sendo realizado até hoje em Manaus.

Esse também foi o tom dos discursos dos participantes de uma rodada de debates ocorridas ontem no Hotel Tropical, no primeiro dia do seminário "Desafios e Oportunidades da Cooperação Amazônica", promovido pela OTCA. Para o embaixador João Clemente Baena Soares, ex-secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e para o professor e ex-reitor Universidade de São Paulo (USP), Jacques Marcovitch, passados 33 anos do tratado de cooperação entre os oito países que compõem a Amazônia, é necessário investir, de fato, no desenvolvimento da região, e não ficar apenas no discurso.

CRÍTICAS AO EVENTO

Uma das mais respeitadas pesquisadoras da questão Amazônica, Marilene Corrêa criticou a falta de divulgação e de ampliação do encontro da OTCA. "A OTCA fez uma bela surpresa. As instituições de interesse não tinham conhecimento. Falo das universidades e das instituições

científicas e ambientais. E das pessoas que pesquisam as fronteiras, o bilinguismo. Tem uma agenda enorme de interesses. Se houve divulgação, não tive conhecimento", disse a socióloga.

Na avaliação da pesquisadora, o Estado brasileiro tem que investir mais na Amazônia. Ela cita a integração dos países do Mercosul. "Há medidas aduaneiras, acordos para formação de mestres e doutores e programa de regulação da bacia (hidrográfica) do Prata. Por que funciona para o Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina e, do ponto de vista da integração e do desenvolvimento sustentável, não funciona para o Peru, Bolívia e

Colômbia, na perspectiva da Amazônia? O Estado brasileiro precisa incentivar mais", argumentou Marilene.

Quando fala em Estado, Marilene Corrêa se refere principalmente a política externa brasileira para a região de fronteira. "Quem mais reclama a ausência do Estado é o Exército e a Aeronáutica, porque estão presentes em todo o território. O foco deveria ser a cooperação entre os países. E não a proteção das fronteiras. Essa questão deveria compor a agenda diplomática desses países. É preciso a ação do Itamarati", enfatizou.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia, ressalta Ma-

rilene, é possível. Mas tem que ser construído com o envolvimento estratégico dos países e das instituições por meio de um projeto de Estado, e não de um ou outro governo. "Não se vai realizar o desenvolvimento da Amazônia com o esforço do governo local. Tem que ser algo muito especial, com sucessivos esforços", disse a professora.

Como exemplo de ação integrada, Marilene mencionou projetos de produção de pescado na área da triplíce fronteira. "Se for iniciativa de um governo, não dá certo. Tem que ser uma agenda comum com arranjos produtivos do Brasil, Colômbia e Peru, primeiro, costurada diplomaticamente", afirmou.

Blog

“ João Clemente Ex-Secretário-geral da OEA ”

"A OTCA são os seus membros, não é uma entidade a parte. Na América os países amazônicos

possuem papel de evidência. O que esses países do G8 amazônico fazem interessa a todos os demais da América do Sul. Eu vejo um problema nesse excesso de conceitualização. Nós não podemos ficar no nível dos conceitos, temos que por os pés na terra e nos rios. Vejo também outro risco para a sociedade nos obstáculos buro-

cráticos. Aqui tudo é urgente. Na Amazônia não se pode perder tempo. A urgência é o primeiro empecilho que nós devemos enfrentar. É uma questão que não é essencial, mas serviu na demora em tomar decisões. Ou de tornar decisões em ação. A OTCA tem a responsabilidade da execução. É um instrumento de ação. Me pergunto onde mais no mundo se teria um ambiente de harmonia e paz em interesses para discutir essas relações".

Estado precisa investir na Região Amazônica' (Continuação)

Pontos

❖ Itens do 'Compromisso Manaus' assinado pela OTCA

- ❖ Fortalecer o diálogo entre os membros da OTCA para dar mais dinamismo aos processos de cooperação.
- ❖ Valorizar o diálogo com as populações e criar seminário para discussão das propostas.
- ❖ Criar novas alternativas de financiamento para projetos que promovam o cuidado com o meio ambiente.
- ❖ Promover mais facilidade para o intercâmbio entre estudantes e pesquisadores dos países membros da OTCA.
- ❖ Criar a Universidade Regional Amazônica como centro acadêmico para estudo da biodiversidade da Amazônia.
- ❖ Intensificar ações de cooperação nas áreas de Inovação, Ciência & Tecnologia.
- ❖ Criar o 'Foro Amazônico', que irá reunir instituições para discutir a biodiversidade da região amazônica.
- ❖ Promover a criação de políticas públicas para a região amazônica de acordo com a realidade de cada região.
- ❖ Promover a proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas dos países membros.
- ❖ Iniciar diálogos para acabar com a pobreza extrema e melhorar a inclusão social.
- ❖ Contribuir para o êxito da Rio+20 a partir de experiências bem sucedidas na OTCA.
- ❖ Manter os compromissos assumidos e fortalecer a OTCA.

'A questão é como fazer', diz professor

"Já dissemos quase tudo o que tinha que ser feito. Agora a questão é como fazer. Não há gestão sem estratégia e medição", afirmou o professor da Universidade de São Paulo (USP), Jacques Marcovitch, durante as discussões da mesa "A OTCA como mesa de concertação" ocorrida ontem.

Marcovitch acredita que os elementos que precisam ser analisados passam pela eficiência energética, redução de

dejetos e do efeito estufa, preservação ambiental e número de patentes. Porém, ele defende a utilização de instituições já constituídas para iniciar o processo de cooperação.

"Em toda essa região dos oito países temos mulheres e homens que estão vivendo esse projeto e podem trazer a realidade local para a discussão. No entanto nós temos uma ausência de

massa crítica na região Amazônica. Nós temos aqui (Amazonas) menos doutores que na USP. Portanto é preciso adensar essa presença. Fala-se no Observatório da Amazônia, mas dá para utilizar instituições existentes como o INPA e o INPE, por exemplo, para medição desses indicadores. Esses atores já se apresentam como parte da solução do problema, devendo ser engajados", afirmou.

Estado precisa investir na Região Amazônica' (Continuação)

Valorização do saber tradicional

Resgate do conhecimento dos povos da floresta é apontado como fator de promoção da sustentabilidade

O conhecimento tradicional dos povos indígenas tanto do Amazonas, quanto dos demais países que compõem a OTCA e a preocupação com os efeitos das mudanças climáticas também foram tema de discussão no primeiro dia do Seminário.

Para o diretor do departamento de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado, Rubens Ricupero, as gerações atuais precisam pensar no que irão deixar de legado para o futuro. Ricupero defende o uso dos recursos naturais de forma consciente e

ordenada através da ciência. "Cada geração deve atender as suas necessidades sem prejudicar as gerações futuras. O fato é que isso é viável. A única forma de nos prepararmos para essas mudanças é através do desenvolvimento científico. Ou nós fa-

zemos de maneira ordenada com recursos, ou de maneira desequilibrada e de qualquer maneira", argumentou Ricupero.

Outra que defendeu o uso da ciência aliada aos conhecimentos tradicionais dos povos nativos foi a secretária de Meio Ambiente do

Busca rápida

*

Hoje ocorre o último dia do seminário

O governador Omar Aziz (PSD) estará presente na solenidade de encerramento do seminário, previsto para ocorrer às 18h. Na ocasião, será lido documento preliminar com as discussões realizadas.

Amazonas, Nádia Ferreira. Ela sugeriu que fosse incluída nas discussões futuras a integração do caboclo "e suas peculiaridades". Mesmo pensamento defendido pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luiz Val, que participou da mesa 'A contribuição da OTCA para o bem-estar das populações locais'. Val acredita que é necessário maior investimento na educação fundamental. "Não basta apenas informar é preciso transformar a ciência em tecnologia social", disse.

Em 2009, a produção de riqueza no AM caiu 2%

CIMONE BARROS

cimone@acritica.com.br

O Amazonas apresentou retração de -2% no crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), em 2009, ano de crise internacional influenciado pelo desempenho da indústria de transformação, de acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é o quarto pior do País, que teve variação média negativa de -0,3%. Rondônia obteve o melhor desempenho, com crescimento real de 7,3%, sendo a 21ª economia do País, com participação de 0,6% do PIB nacional.

Apesar do resultado, o Amazonas permaneceu com 1,5% de participação do PIB nacional e continua como a 15ª economia do País, os mesmos percentuais de 2008. São Paulo está na primeira posição com 33,5% do PIB do País. O PIB per capita (divisão total do PIB pelo número da população por pessoa) do Amazonas ficou em R\$ 14.620,94, o maior da região Norte (média de R\$ 10.625,79) e o 10º maior PIB per capita do Brasil, mas abaixo da média nacional que foi de R\$ 16.917,66.

Em valores correntes, o PIB do Amazonas aumentou, passando de R\$ 45,882 bilhões em 2008 para R\$ 49,614 bilhões em 2009. Mas o crescimento real é medido pelo volume, de acordo com o IBGE, que foi de -2% negativo. Esse percentual refere-se ao valor adicionado, que é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, depois de considerar o deflator (a variação média dos preços do período em

Macroeconomia

O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc).

relação à média dos preços do período anterior).

Em 2008, o valor adicionado bruto do estado era de R\$ 37,9 bilhões e passou para R\$ 41,7 bilhões em 2009. Porém após considerar o deflator, o Amazonas teve queda em seu volume, em seu crescimento real, da ordem de -2%.

Para o disseminador de informações do IBGE-AM, o geógrafo Adjalma Nogueira, é importante destacar que o PIB é uma riqueza conjuntural; não uma riqueza social, percebida mais claramente pela renda nominal e pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por outro lado, lembra que o PIB é um indicador importante, pois contribui com o Estado de forma positiva com atração de investimentos, geração de emprego e renda.

"Se avaliarmos a renda nominal da população amazonesa, a gente percebe que esses 14 mil reais per capita não se refletem na renda da população efetivamente, que é de R\$ 541,67, em média (2010). Com isso, temos esse vácuo social entre as riquezas que produzimos e a riqueza que efetivamente se concretiza na renda da população", avaliou Nogueira.

45,882 bi	14.620,94	15^a
Correntes	Rendimento	Posição
Em valores correntes, esta foi a quantia do PIB amazonsense registrada em 2009, segundo dados que ontem foram divulgados pelo escritório local do IBGE.	Éis o valor do PIB per capita (por pessoa) no Amazonas em 2009. Há que se ressaltar que se trata de uma mediana, pois a renda está realmente concentrada na capital Manaus.	No que tange ao ranking da economia brasileira, essa é a posição que o Estado do Amazonas ostenta. São Paulo desponta como primeira economia.

Adjalma lembra que é preciso criar mecanismos para que ele cada vez mais se concretize como riqueza saneada (distribuída) para a população e para isso é preciso começar a explorar as vocações do estado, sejam elas o (eco) turismo, polo de construção naval, piscicultura. "O desafio é continuar com um grande PIB, mas que seja distribuído".

ANO	VALOR CORRENTE DO PIB R\$ (BILHÃO)	PIB PER CAPITA R\$ (MIL.)
2004	30.313	9.658
2005	33.352	10.318
2006	39.156	11.826
2007	42.023	13.043
2008	45.882	14.014
2009	49.614	14.620

De acordo com o secretário executivo Secretária de Estado da Fazenda no Amazonas (Sefaz-AM), Thomaz Nogueira, o resultado era absolutamente esperado visto que 2009 foi ano de grande crise no consumo. Porém quando se conspida outros exercícios - anos de 2010 e 2011 -, mostra que ele não é preocupante, só são a dimensão da crise. "Agora há um cenário de preocupação com a crise da Europa e dos Estados Unidos, o que deve forçar os chineses a buscar outros mercados alternativos, mas o governo Federal começou a ter ações cíclicas no sentido de estimular os Estados com maior nível de investimento, por meio de linhas de financiamentos. O Amazonas, por exemplo, receberá recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão para obras de mobilidade urbana, Copa, que ajudarão a movimentar a economia e manter o consumo em crescimento", diz Thomaz Nogueira, para quem a especificidade do Estado de ter praticamente 80% do PIB concentrado em sua capital Manaus, em função do PIM, é fator de preocupação e de comemoração ao mesmo tempo. É positivo porque ajuda a proteger a vegetação nativa e o estado, segundo ele, tem procurado mecanismos para que a renda seja redistribuída no interior, por outro concentra e demais na capital. "A ZFM é uma base e hoje o petróleo é algo relevante, as iniciativas área agropecuária começam a mostrar pujança; estamos no caminho".

Em 2009, a produção de riqueza no AM caiu 2% (Continuação)

Personagem

SEC. EXECUTIVO DA SEFAZ-AM



Thomaz Nogueira

“Resultado esperado”

De acordo com o secretário executivo Secretaria de Estado da Fazenda no Amazonas (Sefaz-AM), Thomaz Nogueira, o resultado era absolutamente esperado visto que 2009 foi ano de grande crise no consumo. Porém quando se consolida outros exercícios – anos de 2010 e 2011 –, mostra que ele não é preocupante, só são a dimensão da crise. “Agora há um cenário de preocupação com a crise da Europa e dos Estados Unidos, o que deve forçar os chineses a buscar outros mercados alternativos, mas o governo Federal começou a ter ações cíclicas no sentido de estimular os Estados com maior nível de investimento, por meio de linhas de financiamentos. O Amazonas, por exemplo, receberá recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão para obras de mobilidade urbana, Copa, que ajudarão a movimentar a economia e manter o consumo em crescimento”, diz Thomaz Nogueira, para quem a especificidade do Estado de ter praticamente 80% do PIB concentrado em sua capital Manaus, em função do PIM, é fator de preocupação e de comemoração ao mesmo tempo. É positivo porque ajuda a proteger a vegetação nativa e o estado, segundo ele, tem procurado mecanismos para que a renda seja redistribuída no interior, por outro concentra e demasia na capital. “A ZFM é uma base e hoje o petróleo é algo relevante, as iniciativas área agropecuária começam a mostrar pujança; estamos no caminho”.

Em 2009, a produção de riqueza no AM caiu 2% (Continuação)

Efeito, em boa medida, da crise econômica mundial de 2008/09, suos reflexos foram sentidos aqui

Conforme o IBGE, a indústria recuou -7,7% refletindo a recessão mundial que afetou negativamente o Polo Industrial de Manaus (PIM). Atividade tem o maior peso na economia local, representando 41,5% no valor adicionado bruto de 2009. O

maior impacto foi na indústria de transformação, responsável por 77,2% do valor adicionado bruto da atividade, com variação em volume de -10,9%. Ainda dentro da atividade, a construção civil teve recuo de -2,2%.

A agropecuária também apre-

sentou variação em volume negativo de 0,2% no valor adicionado bruto, com participação de 5,1% no valor adicionado bruto do Amazonas em 2009 ante 5,4% no ano anterior. O segmento agricultura teve variação de -0,6%, puxada pela queda na produção de

mandioca. Já a produção animal cresceu 0,8%, influenciada principalmente pela criação de aves

Com volume de 2,8%, a atividade de serviços, que inclui o comércio, aumentou a participação e alcançou 53,4% do valor adicionado bruto do Amazonas



Em meio à crise, comércio cresceu

em 2009. No ano anterior era de 53,2%. Comércio e de Serviços de manutenção e reparação cresceram 3,4%, atividades que representam 11,5% do total do valor adicionado bruto do estado.

O IBGE destacou o incremento dos serviços prestados a famílias e associativas (13,7%), atividades imobiliárias e alugueis (11,4%), saúde e educação mercantis (5,0%) e serviços domésticos (6,6%). A administração, saúde e educação públicas e seguridade social que detém aproximadamente 17,8% do valor adicionado bruto do Estado.

CAPA

 PESQUISA DO IBGE

Amazonas tem maior PIB do Norte

Soma de todas as riquezas do Estado, em 2009, foi de R\$ 49,6 bilhões, um decréscimo de 2% em relação a 2008, mas o suficiente para contribuir com 1,5% do PIB nacional e manter posto de 15ª economia do país. **Economia B1**

Contexto

PEC e PL da Zona Franca perto de ter relatores

A proposta de emenda à Constituição (PEC), que prorroga a Zona Franca de Manaus (ZFM), por 50 anos já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Já o projeto de lei (PL) que estende os benefícios à Região Metropolitana de Manaus (RMM) está na Comissão de Finanças e Tributação. Isso quer dizer que está perto de haver a escolha dos relatores das duas propostas.

Enquanto isso, a bandaca federal do Amazonas na Câmara ainda não se articulou para tentar aprovar as propostas, de forma a beneficiar a ZFM e a RMM. Eles se reuniram, ontem, para debater o Plano Plurianual (PPA).

Na PEC, foi apensado o projeto que prorroga a ZFM apenas até 2029. Na PL, a mensagem governamental exclui cinco municípios que pertencem à RMM. Permaneceram no projeto apenas oito dos 13 municípios.

Editorial

Costume do cachimbo deixa a boca... aberta

Na mensagem governamental enviada à Câmara dos Deputados, em que estende os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus aos municípios da região metropolitana a presidente Dilma Rousseff "deixou de fora" os cinco novos agregados a essa improvisada vizinhança da capital amazonense: Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri. Não por maldade, claro. Esses municípios foram beneficiados com a inclusão à RMM, depois que os primeiros oito já tinham sido definidos. A novidade, ao que parece, não foi informada ao ministro Guido Mantega, da Fazenda, e a presidente ficou desinformada.

O lapso, mesmo accidental, no entanto, causa estranheza. Em um país que respira funcionalismo público, impressiona a enorme quantidade de documentos mal instruídos, com erros primários, como se fossem novidades, e não a produção do cotidiano das repartições. Trata-se, é evidente, da "força do hábito" de não levar a sério o que se faz, mesmo quando se serve à Presidência da República. Os documentos públicos não são levados a sério, talvez, precisamente por serem públicos. O conceito de público, na prática, resulta em anarquia.

Outro exemplo desse mau hábito e mau costume é a medida provisória em que o governo federal muda de ideia sobre a questão ambiental e reduz três unidades, já criadas, de conservação na Amazônia: o Parque Nacional da Amazônia, no oeste do Pará; o Parque Nacional dos Campos Amazônicos; e o Parque Nacional Mapinguari, em Rondônia, para permitir a instalação de usinas hidrelétricas, autorizar atividades de mineração e destinar terras para regularização fundiária. Nessa mesma MP, foi introduzida, de carona, a liberação de parte da serra da Canastra para a exploração de diamantes, sob o argumento de que isso alçaria o país à 10ª posição entre os extratores mundiais.

No caso do Parque Nacional da Amazônia, a mudança nos limites foi feita para permitir a construção do lago artificial da usina hidrelétrica Tabajara, no rio Tapajós, que teve o processo de licenciamento ambiental suspenso e não está contabilizada no Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado em junho deste ano. O serviço público está contaminado de intencionalidades que não servem ao que é público no país.

Congresso

Projetos de Aziz são beneficiados

CAMILA CARVALHO

Equipe EM TEMPO

À bancada amazonense no Congresso Nacional definiu na noite de ontem as 15 emendas que serão apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) da União em benefício do Amazonas. As 15 propostas destinam aproximadamente R\$ 3 bilhões em recursos federais para serem aplicados em saúde, educação, infraestrutura, segurança e educação.

As áreas que receberão mais recursos por meio das emendas serão as de infraestrutura, com a destinação de R\$ 2 bilhões, e saúde, que de acordo com as propostas da bancada receberá em 2012 R\$ 1 bilhão do governo federal.

Na reunião realizada na noi-

te de ontem em Brasília, ficou definido que os R\$ 2 bilhões de infraestrutura serão investidos em obras para elevar o turismo nos municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), revitalização e expansão do Distrito Industrial, adequação dos aeroportos da Calha Norte do Estado e para investimentos no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) na RMM.

O líder da bancada amazonense, senador Eduardo Braga (PMDB), admitiu a dificuldade na aprovação das emendas, mas disse que contará com a "boa-vontade" dos parlamentares dos outros Estados. "Sabemos que as emendas sofrerão cortes, mas estamos muito otimistas de que tere-

mos muitas acatações pelos relatores em razão da pertinência e dos investimentos necessários para a Copa do Mundo de 2014", disse.

Na saúde, os parlamentares destinaram recursos para as construções de uma unidade do hospital da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam), de um Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos em Manaus e de um hospital na Zona Norte da capital, projetos já anunciados pelo governador do Estado, Omar Aziz (PSD). Além disso, a bancada pretende emendar o Orçamento da União para construir e aparelhar o Laboratório Central em Manaus e fazer um hospital de média complexidade em Manacapuru.

AM tem maior PIB per capita do Norte

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita (por habitante) do Amazonas foi de R\$ 14.621, em 2009, o maior da Região Norte e o 10º no ranking nacional. A soma de todas as riquezas do Estado foi de R\$ 49,6 bilhões, apresentando decréscimo de 2% em relação a 2008, mas o suficiente para contribuir com 1,5% no PIB nacional e manter o posto de 15ª economia do país.

Os dados sobre o PIB estadual, em 2009, foram divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O maior PIB per capita foi o do Distrito Federal com R\$ 50.438,46, valor que representa três vezes a média brasileira (R\$ 16.917,66) e quase o dobro de São Paulo de aproximadamente R\$ 26 mil, segundo no ranking. O menor PIB per capita brasileiro foi o do Piauí com quase R\$ 6 mil.

O secretário de Fazenda, Isper Abraham, destacou que os dados sobre o PIB do Amazonas são positivos, confirmando o Estado como a maior economia do Norte. "Temos uma economia relativamente estabilizada apesar das crises mundiais que aconteceram em 2008 e 2009. Porém, precisamos ter muita cautela e fazer projeções para cenários futuros para que possamos ter certa estabilidade na condução da economia do Estado", enfatizou.

Segundo o disseminador de informações do IBGE, Adjalma Jaques, o Amazonas teve queda em seu volume da ordem de -2,0%.

Ação do governo reflete nos números

Para a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), o desempenho do Amazonas poderia ter sido pior se não fosse a intervenção do governo que tomou medidas para amenizar os efeitos da crise nos países desenvolvidos na economia local. Conforme a Seplan, a política estadual foi a de preservar os investimentos no polo industrial local e, conseqüentemente, a oferta de empregos.

Neste sentido, o governo lançou um pacote com

incentivos adicionais que estabeleceu isenção do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o consumo de energia elétrica das indústrias termoplástica, papel, papelão e de duas rodas em troca da garantia de que as mesmas mantivessem o nível de emprego, limitando o volume de demissões em 4% no trimestre ou 2% em cada mês.

A isenção do imposto, que é de 25% sobre o valor da conta mensal de energia, foi uma medida para conter a

MEDIDA

Para minimizar efeitos da crise no parque local, governo lançou pacote com isenção de ICMS sobre o consumo de energia para indústrias termoplásticas, papel, papelão e de motocicletas

"onda" de demissões no PIM, que tirou do mercado 30 mil trabalhadores e reduziu em 33% o faturamento das em-

presas ao longo de 2009. "Os efeitos da crise poderiam ter sido muito mais agudos, de difícil contenção, por isso a ação proativa do governo para minimizar esses estragos foi tão importante", avaliou o secretário Marcelo Lima Filho.

De acordo com a Seplan, o Amazonas foi afetado pela crise em menor proporção, comparado aos centros industriais de outros Estados do país. O vizinho Pará, por exemplo, teve o PIB encolhido em 3,23%, e Minas Gerais em 3,97%.

Desempenho por atividade econômica

A indústria de transformação foi a atividade econômica que apresentou maior retração diante do abalo do mercado internacional com uma queda de 8,9%. Contribuiu para o resultado negativo desse setor a performance de seis segmentos, entre eles, equipamento de transporte (-32,5%) e o de material eletrônico e equipamentos de comunicação (-18,5). Os setores de alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos apresentaram resultados positivos, respectivamente, de 12,9% e 25,7%.

A construção civil registrou sua maior participação na economia nos últimos cinco anos com 6% do total. A atividade agropecuária representou 5,1% no valor adicionado bruto do Estado em 2009, contra 5,4% em 2008.

O segmento de serviços, com volume de 2,8%, atingiu 53,4% do valor adicionado bruto do Estado em 2009, contra 53,2% em relação ao ano anterior. As atividades de comércio e de serviços de manutenção e reparação cresceram 3,4% em termos reais.

Claro & Escuro

METAS

Reunião de grupo

Reunião na casa do deputado estadual Belarmino Lins com a bancada governista da ALE e o governador Omar Aziz definiu prioridades para 2012. A principal delas é a proteção à Zona Franca de Manaus.

Falta de qualificação na indústria e comércio preocupa Governo

Falta de qualificação na indústria e comércio preocupa Governo

▼ Setrab vai ofertar 20 mil vagas em cursos de capacitação

FOTOS Raimundo Valentim

MANAUS

A falta de mão de obra qualificada para atender às necessidades de setores como a indústria e o comércio foi alvo de críticas ontem por parte do governador Omar Aziz (PSD), durante abertura da 1ª Conferência do Trabalho e Emprego Decente promovida pela Secretaria de Estado de Trabalho (Setrab).

Omar destacou que a carência de trabalhadores capacitados é um dos principais obstáculos para melhorar o acesso ao emprego formal no Estado.

Na tentativa de mudar o cenário, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e a Setrab vão ofertar 20 mil vagas em cursos de qualificação a partir de 2012, a fim de atender às demandas da capital e interior.

A dificuldade para ocupar vagas com pessoas qualificadas tem levado os empresários do comércio local a promover contratações de trabalhadores sem experiência. Das quase sete mil vagas previstas para serem preenchidas até dezembro, ainda há cinco mil que não foram ocupadas, três mil somente para vendedor.

Questionado sobre os riscos

de contratar pessoas sem experiência, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL Manaus), Ralph Assayag, disse que essa foi a única opção encontrada pelos empresários a fim de garantir as vendas de fim de ano. "Tentamos com as pessoas que tinham Ensino Superior não deu certo porque elas não ficavam muito tempo na vaga. Recorremos ao pessoal com Ensino Médio e não foi diferente. Daí, partimos para quem só tinha até o Fundamental e ficamos na mesma. Então agora queremos pessoas que gostam de pessoas porque é mais fácil capacitar para vendas, por

exemplo um trabalhador que gosta de pessoas do que capacitar as pessoas a gostarem de pessoas", declarou o empresário.

De janeiro até outubro, a CDL Manaus atendeu a oito mil trabalhadores do comércio com cursos de qualificação e pretende chegar a dez mil até dezembro. Em 2010 foram capacitados sete mil.

OS NÚMEROS

42%

▼ Essa é a meta de expansão da capacitação de trabalhadores do comércio estimada pela CDL Manaus para ocorrer até dezembro.

PIB do Amazonas reduz 2% em 2009, aponta IBGE

O volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas teve variação negativa de 2% em 2009, comparado a 2008, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Indústria, atividade de maior peso na economia do Estado com participação de 41,5% no valor bruto em 2009, fechou o ano com queda de 7,7%, refletindo o impacto da crise internacional.

Em valores correntes, o PIB do Estado foi de R\$ 49,6 bilhões e permaneceu com aproximadamente 1,5% de participação no PIB nacional (R\$ 3,2 trilhões), sendo a 15ª economia do País. O PIB per capita, estimado em R\$ 14,6 mil, ficou como o maior da região Norte e o 10º maior PIB per capita brasileiro.

“Os Estados menores foram menos afetados pela crise de demanda mundial. Como a crise foi de demanda, os Estados mais prejudicados foram justamente aqueles mais industrializados e aqueles produtores de commodities minerais”, disse Frederico Cunha, coordenador de Contas Regionais do IBGE.

De 2008 para 2009, as regiões Nordeste e Centro-Oeste aumentaram suas participações no PIB brasileiro (0,4 ponto percentual cada uma), enquanto a participação do Sudeste continuou caindo (-0,7 ponto percentual) e a das regiões Norte e Sul tiveram ligeira queda (-0,1 ponto percentual cada uma).

OS NÚMEROS

5%

Essa foi a queda da participação da economia nacional em 2009, segundo o IBGE.

Ministro da fazenda diz que país voltará a crescer neste mês

Ministro da Fazenda diz que País voltará a crescer neste mês

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que economia brasileira deve voltar a crescer a partir deste mês. Segundo ele, apesar do patamar de desaquecimento previsto para o terceiro trimestre do ano, o País deve encerrar 2011 e iniciar 2012 em ascensão.

“Até outubro, foi mais ou menos mal. Mas, a partir de

novembro, já temos indicadores que mostram que economia está se aquecendo. A tendência é que a economia esteja tomando um novo impulso de crescimento e novembro e dezembro sejam meses de maior crescimento. A economia vai entrar em 2012 com uma aceleração”, disse o ministro durante audiência pública na Câmara dos Deputados.